II – receber de qualquer entidade juridicamente formalizada ou pes­soa física devidamente identificada informações para análise e manifestação;

III – subsidiar o Conselho Estadual da Economia Popular Solidária na execução de suas atribuições, a saber:

a) promover a divulgação do CADSOL;

b) acompanhar a implantação do CADSOL e propor medidas para o seu aperfeiçoamento;

c) analisar e deliberar sobre as solicitações de cadastro de acordo com a Portaria MTE Nº 1780/2014 e o Manual de Orientações do CADSOL; Art. 3º - A Comissão Estadual de Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário será composta por 8 (oito) membros, com a seguinte composição:

I – 2 (dois) representantes de órgãos governamentais;

II – 2 (dois) representantes de entidades de apoio e fomento à economia popular solidária;

III – 4 (quatro) representantes de empreendimentos econômicos solidários.

§ 1º - Os membros da Comissão Estadual de Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário serão designados por meio de publicação no Diário Oficial de Minas Gerais.

§ 2º - A função de membro da Comissão Estadual de Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 de novembro de 2015.

Maria Geralda de Souza Lopes
Presidente do CEEPS

02 772140 - 1

Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais

Presidente: Liza Fernandes Prado

ATO DA SENHORA PRESIDENTA
ATO Nº 205/2015

A Presidenta da UTRAMIG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Delegada nº 180, de 20/01/2011, e o Decreto nº 45740, de 22/09/2011,registra, REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea “a” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, ao(s) servidor(o)s: Masp 1.205.873-1, João Paulo Resende Rosa, MASP1.317192-1,Carolina Maria de Moraes Malta, retroagindo seus efeitos a partir de 13/11/2015. Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2015. Liza Prado, Presidenta da UTRAMIG.

02 772003 - 1

ATO DA SENHORA PRESIDENTA
ATO Nº 206/2015

A Presidenta da UTRAMIG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Delegada nº 180, de 20/01/2011, e o Decreto nº 45740, de 22/09/2011 ,registra a vista de documento apresentado, a alteração de nome da servidora Carolina Maria de Moraes Malta Rosa. Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2015. Liza Prado, Presidenta da UTRAMIG.

02 772029 - 1

Secretaria de Estado de Cultura

Secretário: Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Expediente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 001/2015
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

Convocadas: Instituições de Ensino Superior com sede em Minas Gerais e com curso regular de Jornalismo.

O Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais - SEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 119 da Lei Delegada estadual n.º 180/11 e no artigo 5º do Decreto 46.540 de 11/06/2014, que determinam a composição do Conselho Curador da Fundação TV Minas, convoca as Instituições de Ensino Superior com sede em Minas Gerais e curso regular na área de Jornalismo para reunião a ser realizada no 15 de dezembro de 2015, às 15 horas, na Sala de Reuniões, situada Cidade Administrativa, Edifício Gerais, 6º andar, sala 07, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte / MG, a fim de que escolham entre si os representantes das entidades (um titular e um suplente), a serem designados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais para compor o Conselho Curador da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. A Instituição de Ensino será representada na reunião por seu respectivo dirigente legal ou pelo chefe do departamento de Comunicação Social da Universidade ou, ainda, por outro representante designado por eles. Os dirigentes legais ou os chefes de departamento deverão trazer consigo o estatuto ou contrato social da Instituição e a prova de sua nomeação no cargo de direção ou chefia. Os representantes designados deverão comprovar essa condição por meio de um instrumento de designação específico assinado pelo dirigente da faculdade ou do departamento de Comunicação Social da Universidade, acompanhado do estatuto ou contrato social da Instituição e da prova da nomeação do dirigente legal da Instituição ou do departamento. Todos os documentos acima referidos deverão ser originais ou cópias autenticadas e todas as firmas devem ser reconhecidas, sob pena da não participação da entidade na elaboração da lista.

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2015.

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS
SECRETÁRIO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2015
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL EDUCATIVA

Convocadas: Entidades da classe empresarial do Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais – SEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 119 da Lei Delegada estadual n.º 180/11 e no artigo 5º do Decreto 46.540 de 11/06/2014, que determinam a composição do Conselho Curador da Fundação, convoca entidades da classe empresarial do Estado de Minas Gerais para reunião a ser realizada no dia 17 de dezembro de 2015, às 15 horas, no gabinete da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, situada Cidade Administrativa, Edifício Gerais, 5º andar, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte / MG, a fim de que escolham entre si os representantes da classe (um titular e um suplente), a serem designados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais para compor o Conselho Curador da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. A entidade da classe empresarial será representada na reunião por seu respectivo dirigente legal ou por outro representante designado por ele. Os dirigentes legais deverão trazer consigo o estatuto social da entidade e a prova de sua nomeação no cargo de direção ou chefia. Os representantes designados deverão comprovar essa condição por meio de um instrumento de designação específico assinado pelo dirigente legal da entidade, acompanhado do estatuto social da entidade representada e da prova da nomeação do respectivo dirigente legal. Todos os documentos acima referidos deverão ser originais ou cópias autenticadas e todas as firmas devem ser reconhecidas, sob pena da não participação da entidade na elaboração da lista.

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2015.

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS
SECRETÁRIO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2015
COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA

Convocados: Sindicato dos Jornalistas do Estado de Minas Gerais, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão

do Estado de Minas Gerais e o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais - SEC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 119 da Lei Delegada estadual n.º 180/11 e no artigo 5º do Decreto 46.540 de 11/06/2014, que determinam a composição do Conselho Curadora Fundação TV Minas, convoca o Sindicato dos Jornalistas do Estado de Minas Gerais, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Estado de Minas Gerais e o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversão do Estado de Minas Gerais para reunião a ser realizada no dia 14 de dezembro de 2015, às 15 horas, no gabinete da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, situada Cidade Administrativa, Edifício Gerais, 5º andar, Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte / MG, a fim de que escolham entre si os representantes do sindicato (um titular e um suplente), a serem designados pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Minas Gerais para compor o Conselho Curador da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. O Sindicato será representado na reunião por seu respectivo dirigente legal ou por outro representante designado por ele. Os dirigentes legais deverão trazer consigo o estatuto social do sindicato e a prova de sua nomeação no cargo de direção ou chefia. Os representantes designados deverão comprovar essa condição por meio de um instrumento de designação específico assinado pelo dirigente legal do sindicato, acompanhado do estatuto social do sindicato representada e da prova da nomeação do respectivo dirigente legal. Todos os documentos acima referidos deverão ser originais ou cópias autenticadas e todas as firmas devem ser reconhecidas, sob pena da não participação do sindicato na elaboração da lista.

Belo Horizonte, 30 de dezembro de 2015.

ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS
SECRETÁRIO DE CULTURA DE MINAS GERAIS

02 771676 - 1

Fundação de Arte de Ouro Preto

Presidente: Júlia Amélia Mitraud Vieira

A Presidenta da Fundação de Arte de Ouro Preto/FAOP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, Autoriza, o afastamento para gozo de férias-prêmio, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/04/2003, ao servidor: Carlos Henrique de Castro, MASP 343170-7, por 02 meses, a partir de 01/03/2015, referente ao 5º qq administrativo, restando-lhe um saldo de 08 (oito) meses, sendo 03 (três) meses ref. Ao 1º qq administrativo, 03 (três) meses ref. Ao 2º qq administrativo, 02 (dois) meses ref. Ao 3º qq administrativo. Maria de Fátima Silva de Lana, MASP 348479-7, por 01 mês, a partir de 01/03/2015, referente ao 5º qq administrativo, restando-lhe um saldo de 11 (onze) meses, sendo 01 (hum) mês ref. Ao 1º qq administrativo, 03 (três) meses ref. Ao 2º qq administrativo, 03 (três) meses ref. Ao 3º qq administrativo, 01 (um) mês ref. Ao 5º qq administrativo e 03 (três) meses ref. Ao 6º qq administrativo.

02 771664 - 1

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Secretário: Miguel Corrêa da Silva Junior

Expediente

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Atos do Senhor Diretor

Diretor: Edimondo Alessandro Lanzetta

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003, aos servidores:

Masp 195.618-4, Elizabeth de Lisboa Cruz, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia III-H exercendo o cargo em comissão de DAD-2, por 01 (um) mês, referente ao 5º quinquênio, a partir de 14.12.2015

Masp 360.950-0, Maurício Antônio Marçal, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Atividades de Ciência e Tecnologia I-G, exercendo a função gratificada FGD-7, por 02 (dois) meses, referente ao 7º quinquênio, a partir de 09.12.2015.

Masp 901.687-4, Diva Maria Scorza Lemos, ocupante do cargo efetivo de Analista de Gestão e Pol. Públicas em Desenvolvimento III-H, exercendo a função gratificada FGD-7, por 01 (hum) mês, referente ao 6º quinquênio, a partir de 30/12/2015.

02 771939 - 1

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Presidente: Evaldo Ferreira Vilela

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia”, REGULAMENTO

Capítulo I – Do Prêmio

Art. 1º - O Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia” será concedido pelo Governo do Estado de Minas Gerais àqueles que, por suas atividades no Estado de Minas Gerais, tenham contribuído, significativamente, para o avanço do conhecimento da Ciência. “Art. 2º - O Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia” é atribuído em 2 (duas) modalidades e 2 (duas) subcategorias: I - Pesquisador, que premiará pesquisadores vinculados a instituições/empresas com atuação em C&T, públicas ou privadas, sediadas no Estado de Minas Gerais. a) Jovem Pesquisador – concedido a pesquisador de até 40 (quarenta) anos de idade, além de se enquadrar nas especificações do presente regulamento. II – Instituição/Empresa, que premiará unidade (departamento, laboratório, núcleo, entre outras) de instituição/empresa com atuação em C&T, ou à própria instituição/empresa, pública ou privada, sediada no Estado de Minas Gerais ou que tenha seu centro de P&D ou similar instalado nesta Unidade da Federação. a) Empresa Jovem – destinado a empresas com até cinco (05) anos de instalação e faturamento anual de, no máximo, R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), de acordo com o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, do Sebrae Nacional, e que tenha se dedicado ao desenvolvimento de conhecimento novo. § 1º - A partir de 2008, o prêmio será concedido anualmente a apenas uma das duas modalidades, em sistema de rodízio, da seguinte forma: I - Categoria “Pesquisador” e Jovem Pesquisador: nos anos pares; e, II - Categoria “instituição/empresa” e Empresa Jovem: nos anos ímpares. § 2º - O Prêmio será destinado aos que tenham se distinguido na condução de estudos e pesquisas básicas que contribuam, de forma significativa, para o avanço do conhecimento científico e que apresentem potencial para subsidiar o desenvolvimento de soluções para problemas da humanidade. Parte-se do princípio que é imperativo promover o conhecimento fundamental a partir de necessidades identificadas, com eventual aplicação dos novos conhecimentos, gerados na pesquisa básica. § 3º - a subcategoria “Empresa Jovem”, citada na alínea “a” do Inciso II do presente artigo, se refere a empresas incubadas, aceleradas, startups e spinoffs que tenham engenhosidade no trato e condução do desenvolvimento de conhecimento novo. § 4º - as subcategorias citadas no art. 2º deste capítulo passam a vigorar a partir da edição de 2016. § 5º – os candidatos na categoria Pesquisador e sua subcategoria deverão residir em Minas Gerais e/ou ter vínculo institucional com entidade/empresa sediada ou com célula nesta Unidade da Federação. § 6º – as candidaturas na categoria Instituição/ Empresa e sua subcategoria deverão estar sediadas em Minas Gerais ou aqui possuírem unidades instaladas. Art. 3º - Conforme o Decreto Estadual nº 44740, de 27 de fevereiro de 2008, o Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia”, na categoria Pesquisador, consistirá

em: I - diploma e medalha para os agraciados; II - prêmio, em dinheiro, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para o primeiro colocado. Parágrafo único - Em caso de coautoria, o diploma e a medalha serão entregues a cada um dos autores. Art. 4º - Conforme o Decreto Estadual nº 44740, de 27 de fevereiro de 2008, o Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia”, na categoria Instituição/Empresa, consistirá em diploma e medalha para a instituição, ou a sua unidade, além de prêmio em moeda corrente no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a primeira colocada. § 1º - O valor destinado à contemplada na categoria Instituição/Empresa é para uso exclusivo em atividades de pesquisa básica desenvolvidas pela agraciada. § 2º – às subcategorias, em caso de coautoria, o diploma e a medalha serão entregues a cada membro da equipe do trabalho premiado. Art. 5º - o Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia”, em suas ambas subcategorias, consistirá em: I – diploma e medalha para os agraciados; II - prêmio, em dinheiro, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) líquidos para o primeiro colocado. Art. 5º - As despesas com a execução deste Regulamento correrão à conta da dotação orçamentária nº 1957325946270001 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig-, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 44740, de 27 de fevereiro de 2008. Art. 6º - O Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia” não será concedido mais de uma vez a uma mesma pessoa individualmente. Entretanto, instituições/empresas/unidades e sua subcategoria poderão recebê-lo independentemente do número de vezes, desde que consideradas aptas pela Comissão Julgadora. Capítulo II – Da composição Da Comissão Julgadora. Art. 7º - A atribuição do Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia” competirá a uma Comissão Julgadora, formada por 6 (seis) membros, todos pesquisadores de reconhecido mérito, sendo 2 (dois) indicados pelo Conselho Curador da FAPEMIG, 1 (um) indicado pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONECIT, 1 (um) indicado do Fórum das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais – IPES, 1 (um) indicado pelo CNPq e 1 (um) indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG-. Parágrafo Único - Os indicados deverão ser, preferencialmente, membros das referidas entidades/instituições, sendo que pelo menos um dentre os indicados pelo Conselho Curador da FAPEMIG deve pertencer à universidade Federal de Minas Gerais, instituição onde situou o Prof. Marcos Luiz dos Mares Guia, e serão designados pelo Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig, respeitada a relevância da representatividade para o Estado de Minas Gerais. Art. 8º - A Comissão Julgadora deliberará com a presença da maioria dos seus membros e a presidência será designada pela maioria, tendo a presidência direito a voto.

Capítulo III – Das atribuições da Comissão Julgadora. Art. 9º - São atribuições da Comissão Julgadora: I – avaliar e julgar os candidatos inscritos, analisando a contribuição de cada um a partir dos seus trabalhos realizados, cabendo-lhe autonomia soberana sobre as formas adotadas na avaliação dos mesmos; II – manter sigilo sobre os trabalhos julgados e nortear-se pelo princípio da ética; III – encaminhar o resultado do julgamento para a Fapemig, no prazo que será estabelecido após a primeira reunião da Comissão. Art. 10 – Os trabalhos serão analisados de acordo com os seguintes critérios: I – relevância dos resultados do trabalho de pesquisa para o avanço da Ciência e potenciais aplicações na solução de problemas que aflijam a sociedade, ou que atendam a oportunidades de mercado ou, ainda, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida no Estado de Minas Gerais. II – enquadramento na modalidade prevista no Regulamento; III – qualidade técnica e científica do trabalho ou conjunto de trabalhos (forma e conteúdo); IV – originalidade e impacto.

Capítulo IV – Das inscrições

Art. 11 – As inscrições serão feitas por instituições de ciência e tecnologia, associações científicas e empresas por meio de seus respectivos representantes legais.

§ 1º - Na modalidade Pesquisador, as inscrições poderão ser feitas individualmente pelo próprio candidato, desde que obedecido o estipulado no Art. 12 deste regulamento, além das especificações constantes no Edital de Chamada. § 2º - Alternativamente, proposições de candidaturas poderão ser feitas por grupo de, no mínimo, 10 (dez) pesquisadores, apresentando a documentação exigida na inscrição. § 3º - Todas as inscrições efetuadas e o processo de análise/julgamento dos trabalhos serão mantidos em sigilo, sendo divulgados apenas os nomes dos contemplados. § 4º - A veracidade da autoria dos trabalhos será considerada tão somente pela inscrição ao concurso, isentando-se de

todas e quaisquer responsabilidades sobre direitos autorais/patentes dos membros da Comissão Julgadora, a Fapemig e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais por quaisquer apropriações indebitas de trabalhos alheios por quaisquer dos candidatos ou outras fraudes, porventura, por eles cometidas. § 5º - Na modalidade Instituição/Empresa e sua subcategoria, as inscrições deverão ser feitas em seu nome ou da unidade que desenvolveu a pesquisa indicando o Pesquisador responsável. Art. 12 – Para as inscrições são necessários: I – Dossiê descritivo da pesquisa, ou conjunto delas, no contexto das diretrizes do Prêmio. II – Cadastro na Plataforma Lattes dos pesquisadores da instituição envolvida na pesquisa proposta. III – Justificativa e/ou Carta de Recomendação apresentada pela instituição proponente do porquê da indicação, destacando a contribuição da candidatura para o avanço da Ciência e Tecnologia e o possível impacto no desenvolvimento social e/ou econômico. IV – Resumo, em até três páginas, no máximo, da pesquisa, ou conjunto delas, submetida à apreciação especificando a (s) linha (s) de pesquisa (s). V – Ficha de inscrição devidamente preenchida, contendo título/tema do trabalho inscrito, enviada em arquivo aberto. § 1º - Os documentos a que se refere este artigo deverão ser enviados em mídia eletrônica, a saber: CD, DVD ou Pen Drive. a) serão indeferidas inscrições que não encaminharem os documentos em mídia eletrônica; b) excepcionalmente, poderão ser aceitos informações adicionais e/ou documentos impressos. § 2º - não serão aceitas inscrições enviadas através de correio eletrônico (e-mail). Art. 13 – As inscrições deverão obedecer aos itens específicos e prazos estipulados no Edital de Chamada. Parágrafo único – As inscrições consideradas incompletas serão devolvidas.

Capítulo V – Da Publicação do Edital de Chamada

Art. 14 – Do Edital de Chamada constarão local, horário e período das inscrições, além dos critérios e procedimentos para efetuação das mesmas.

Capítulo VI – Dos resultados

Art. 15 – O resultado do Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia” será publicado em até noventa (90) dias após o encerramento das inscrições. Art. 16 – As decisões da Comissão Julgadora serão irrecorríveis sob quaisquer circunstâncias.

Capítulo VII – Das atribuições da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

Art. 17 – Definir os critérios de chamada dos trabalhos e das inscrições. Art. 18 – Publicar o edital de chamada. Art. 19 – Publicar o resultado do julgamento.

Capítulo VIII – Das Disposições Finais

Art. 20 - As datas de entrega dos trabalhos e de avaliação da Comissão Julgadora serão divulgadas por meio de Edital de Chamada, a cada ano. § 1º - A entrega do Prêmio de Pesquisa Básica “Marcos Luiz dos Mares Guia” será feita pelo Governador do Estado, em cerimônia comemorativa realizada no mesmo ano da concessão. § 2º - O Agraciado deverá proferir palestra sobre seu trabalho premiado na cerimônia de lançamento do Edital de Chamada do ano imediatamente subsequente à sua premiação ou em momento oportuno a ser definido com a FAPEMIG. Art. 21 – A definição sobre concessão de Menção Honrosa e demais casos omissos serão resolvidos pela Comissão Julgadora, a cada edição.

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2015. Ass) Evaldo Ferreira Vilela - Presidente da Comissão Julgadora do Prêmio

02 771682 - 1

Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado - IPEM

Diretor-Geral: Fernando Antônio França Sette Pinheiro

RETIFICAÇÃO Na PORTARIA IPEM/MG Nº079/2015, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2015, publicada em 02/12/2015, Onde se lê: “Decreto nº 46.638, de 05/11/2015” Leia-se: “Decreto nº 46.883, de 05/11/2015” Contagem, 02 de dezembro de 2015. Fernando Antônio França Sette Pinheiro Diretor Geral

02 771655 - 1

Universidade do Estado de Minas Gerais

Reitor: Dijon Moraes Júnior

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG
PORTARIA/UEMG Nº. 037 / 2015 de 02 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre ampliação de carga horária para Professores de Educação Superior efetivos, do quadro de pessoal da UEMG, lotados na unidade de Ibirité.

O Reitor da Universidade do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, considerando o art. 59 da Lei nº 15.788/2005 e considerando a autorização emitida pela Câmara de Orçamento e Finanças, constante do OF.COF nº. 1166/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Ampliar a carga horária dos Professores efetivos do quadro de pessoal da UEMG, lotados na unidade de Ibirité, conforme disposto no anexo desta Portaria.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais, em 2 de dezembro de 2015.

Professor Dijon Moraes Júnior

Reitor

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR- EFETIVOS

Lotados no Instituto de Superior de Ensino Anísio Teixeira –ISEAT

ANEXO

	MaSP	Nome	Nível	Grau	Titulação	Sit. Func.	C.H	Carga Horária Autorizada
1	1170233-9	ACIOMAR FERNANDES DE OLIVEIRA	IV	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
2	0930153-2	ANDREA LOURDES RIBEIRO	IV	A	Doutor	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
3	1330261-7	CAMILA CRISTINA FONSECA BICALHO	I	A	Especialista	Efetivo	20	40 HORAS
			I	A		Designado	20	
4	1330132-0	CASSIA DANIELLE MONTEIRO DIAS LIMA	I	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			I	A		Designado	20	
5	0974048-1	CASSIA MOREIRA JARDIM	IV	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
6	1136632-5	EMMANUEL DUARTE ALMADA	IV	A	Doutor	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
7	1330118-9	FERNANDA ABBATEPIETRO NOVAES	I	A	Especialista	Efetivo	20	40 HORAS
			I	A		Designado	20	
8	1202483-2	FERNANDA DE JESUS COSTA	I	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			I	A		Designado	20	
9	1099067-9	GISLENE FERREIRA DA SILVA	I	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
10	1083971-0	HARRISON MARTINS SARAIVA	VI	A	Doutor	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
11	1330191-6	JULIANA BOHNEN GUIMARAES	IV	A	Doutor	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
12	1044043-6	MARCOS GONCALVES MACIEL	IV	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
13	1384039-2	MARIANA OLIVEIRA E SOUZA	IV	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
14	1233123-7	MARINA NOGUEIRA DOS SANTOS	IV	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
15	1330775-6	MARISA CRISTINA DA FONSECA CASTELUBER	I	A	Doutor	Efetivo	20	40 HORAS
			VI	6		Designado	20	
16	1330250-0	MOISES VIEIRA DE CARVALHO	IV	A	Mestre	Efetivo	20	40 HORAS
			IV	A		Designado	20	
17	0976746-8	REISILA SIMONE MIGLIORINI MENDES	I	A	Doutor	Efetivo	20	40 HORAS
			I	A		Designado		